

**FNE e TALIS 2018 coincidem em muitas preocupações**

## **É preciso valorizar os professores e a condição docente**

A OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico tornou hoje público o primeiro de dois volumes do “Inquérito Internacional de Ensino e Aprendizagem - TALIS 2018”, intitulado “Professores e Dirigentes Escolares enquanto Aprendentes ao Longo da Vida”, e no qual Portugal participou, juntamente com outros 48 países e economias.

Nele ressaltam alguns dos desafios e preocupações do nosso sistema educativo, para os quais a FNE tem vindo sistematicamente a chamar a atenção do Ministério da Educação (ME), nomeadamente a questão do envelhecimento do corpo docente e uma muito insuficiente oferta e falta de condições para participação em formação contínua.

Os professores portugueses são os quintos mais idosos dos países que participam no TALIS, têm em média 49 anos - mais cinco que a média apresentada - naquela que é classificada como a mudança mais dramática pela OCDE em matéria de idade. Quase metade dos professores portugueses (47%) tem 50 anos ou mais, contra a média da OCDE que é a este nível de 34%, o que exige uma intervenção decidida e que permita o rápido rejuvenescimento do corpo docente, o que só se pode concretizar com medidas que captar os mais jovens para a carreira docente, tornando-a prestigiada e atrativa, como tem insistentemente defendido a FNE.

Portugal classifica-se em quinto lugar a contar do fim, em relação ao número de docentes que durante o ano anterior ao inquérito participaram em qualquer tipo de sessão de formação contínua. As necessidades mais prementes de formação assinaladas pelos docentes portugueses neste estudo incluem TIC, multiculturalismo, multilinguismo e o trabalho com alunos com necessidades educativas especiais, em que Portugal se encontra no 14º lugar da tabela do TALIS.

27% dos professores portugueses assinalam que a formação específica para trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais é da maior importância para as suas carreiras e 48% dos diretores sublinham que a qualidade do ensino para este segmento é prejudicada pela falta de professores com esta formação específica. De notar, que 20% dos professores portugueses respondentes afirmaram trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais.

Em matéria de formação, os diretores estão no nono lugar a contar do fim, em termos de participação em sessões de formação contínua no ano anterior à realização do inquérito. Ainda neste item, 85% de professores e diretores reportam barreiras na formação e 44% dos professores reportam uma clara falta de apoio por parte da tutela em termos de formação profissional. Isto porque a sua participação na formação profissional contínua

que lhes é disponibilizada fica acentuadamente restringida devido a conflitos de horário e à falta de incentivos.

A FNE sabe, por experiência própria, que a falta de formação e do apoio à formação é uma das áreas de que mais se queixam os professores e educadores portugueses. Outra preocupação da FNE, também constante deste relatório, é a baixa percentagem de professores que participam em atividades de formação com base em aprendizagem entre pares e ligação em rede, apesar do relatório apontar a aprendizagem colaborativa como aquela que os professores que participaram no estudo identificam como tendo o maior impacto.

A violência escolar e os comportamentos inadequados de alunos dentro da sala de aula preocupam sobremaneira a FNE, os seus sindicatos e os seus sócios. Tais comportamentos prejudicam o trabalho do professor e o sucesso individual dos alunos. 14% dos diretores referem atos periódicos de intimação ou perseguição em ambientes educativos. Estes incidentes diminuíram em vários países desde 2013.

A nível de motivação, 84% dos atuais professores no sistema educativo nacional indicaram que a sua carreira foi uma primeira escolha, e 71% de professores experientes e 39% de professores com menos idade reportaram a insegurança no trabalho como um fator negativo para o ingresso na profissão. A precariedade e a falta de condições de vida e de trabalho na carreira docente são, sem dúvida, dois dos fatores que mais prejudicam a atratividade docente, pelo que têm sido duas bandeiras constantemente presentes na ação sindical da FNE.

Uma das recomendações mais importantes do TALIS é que os governos se envolvam num diálogo construtivo com os representantes sindicais dos docentes, no sentido da valorização da profissão em si mesma, o que só se consegue se se melhorar o financiamento, as condições de vida, familiares e de trabalho de todos os docentes portugueses.

Este relatório confirma assim muitas das preocupações que a FNE tem procurado apresentar ao Ministério da Educação, mas para as quais este não se tem demonstrado como interlocutor interessado, o que obviamente só conduz a redução das condições de qualidade do nosso sistema educativo, e com prejuízos para os nossos alunos. A FNE não desistirá de continuar a apostar em soluções para os problemas identificados.

Porto, 19 de junho de 2019

A Comissão Executiva